

A ESCOLA METÓDICA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Conhecer a trajetória de consolidação do historicismo cientificista na França expresso pela Revista Histórica.
- Tomar contato com os pressupostos epistemológicos e com os fundamentos práticos do “método histórico” de Langlois e Seignobos.
- Analisar o uso ideológico dos postulados cientificistas da Escola Metódica na apologia do Estado Republicano, do Colonialismo e do chauvinismo nacionalista, quer na produção acadêmica, quer nos livros escolares de História.
- Ver as diferentes críticas que se efetuam em relação aos fundamentos e à prática da Escola Metódica pela historiografia europeia.

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - A Revista Histórica
- SEÇÃO 2 - O Método
- SEÇÃO 3 - Nacionalismo e Colonialismo

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Apesar do maior desenvolvimento da historiografia alemã na primeira metade do século XIX, a segunda metade do século traz a hegemonia de uma proposta científica de história, gerada na França, a partir do grupo de historiadores reunidos em torno da *Revista Histórica* e afirmada na consolidação do “método histórico” por Langlois e Seignobos, em sua *Introdução aos estudos históricos*.

Essa escola historiográfica, também chamada, equivocadamente, de “positivista” (embora não tenha ligação direta com o pensamento de Augusto Comte), tem os seus princípios fundamentais enunciados em dois textos básicos para a sua compreensão: o manifesto redigido por Gabriel Monod em 1876, quando do lançamento da *Revista Histórica*; e a *Introdução aos Estudos Históricos*, manual elaborado por Charles Victor Langlois e Charles Seignobos em 1898.

A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Os historiadores “positivistas” participam na reforma do ensino superior e ocupam cátedras em novas universidades; dirigem grandes colecções – E. Lavis: História de França; A. Rambaud, História Geral; L. Halphen e Ph. Sagnac: Povos e Civilizações; formulam os programas e elaboram as obras de história destinadas aos alunos dos colégios secundários e das escolas primárias. Ora, os manuais escolares, muito explicitamente, veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial. Portanto, esta corrente de pensamento funda simultaneamente uma disciplina científica e segrega um discurso ideológico. Perante este “monstro intelectual”, é-se vítima de uma dúvida sobre a capacidade de todo o saber em ciências humanas em abstrair-se do meio social de que é oriundo. A escola metódica continua a dominar o ensino e a investigação em história nas universidades até aos anos 1940; e inscreve uma evolução mítica da colectividade francesa – sob a forma de uma galeria de heróis e de combates exemplares – na memória de gerações de estudantes até aos anos 1960. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 97)

Tal objectividade se traduzia numa postura “científica”, ou melhor, científicista por parte dos historiadores que a assumiram. Essa busca do “científico” representava o abandono de qualquer resquício de influência filosófica ou teológica (como se isso fosse possível!).

Nas reflexões propostas para esta nova unidade, você vai iniciar seus estudos sobre a Escola Metódica, a fim de entender a articulação do grupo de historiadores que fundou a *Revista Histórica*, criada em 1876.

SEÇÃO 1

A REVISTA HISTÓRICA

O primeiro núcleo organizado dos historiadores metódicos franceses se articulou em torno da *Revista Histórica*, fundada em 1876, por Monod e Fagniez.

Em 1876, a fundação de A REVISTA HISTÓRICA, por G. Monod e G. Fagniez, marca a constituição de uma escola histórica desejosa de acolher todos os trabalhadores sérios no âmbito de um certo ecletismo ideológico. O prefácio, que abre o primeiro número, não esconde as ambições do que deve vir a ser 'uma recolha periódica, destinada a favorecer a publicação das investigações originais sobre as diversas partes da história e a fornecer informações exactas e completas sobre os estudos históricos nos países estrangeiros assim como em França'. A Revista Histórica entende cobrir principalmente a história europeia desde a morte de Teodósio (395), até à queda de Napoleão I (1815), por um lado sobre a forma de artigos de erudição, por outro com o auxílio de resumos de leituras. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 97-98)

A revista se compõe de duas gerações de historiadores: os "antigos" - Renan, Taine, Foustel de Coulanges etc. - e os "jovens lobos" - Monod, Lavissee, Guiraud, Bémont e Rambaud, dentre outros. Do seu núcleo de cinquenta e três fundadores, trinta e um são professores e dezenove são arquivistas e bibliotecários. "O círculo é estreito. É evidente a vontade de criar uma revista destinada a profissionais integrados no meio das universidades, em contacto com os depósitos de arquivos" (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 98).

A *Revista Histórica* constrói um novo campo na produção histórica francesa, que se pretende profissional, acadêmico, "científico" e "apolítico". Mas é também um campo de polêmica, de debate historiográfico.

Sua principal polêmica se trava contra *A Revista das Questões Históricas*, publicação dez anos mais antiga e que traduzia as posições do pensamento da direita católica ultramontana e monarquista da França nesse período. Monod, no Manifesto de lançamento da *Revista Histórica*², se pronuncia da seguinte forma sobre a outra publicação:

O êxito da Revista das Questões Históricas, os felizes resultados que produziu, o lucro que nós mesmos retiramos da sua leitura foram um encorajamento para nós a imitarmos. Mas, ao mesmo tempo, afasta-se muito sensivelmente do ideal que nos propusemos. (A Revista das Questões Históricas) Não foi fundada simplesmente tendo em vista a investigação desinteressada e científica, mas para a defesa de determinadas idéias políticas e religiosas. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 98)

² Ver excerto do Manifesto no ANEXO II.

Essas "determinadas idéias políticas e religiosas" podem ser traduzidas em um gosto pela erudição, um apego à fé católica e uma inclinação para o reacionarismo em política.

Já *A Revista Histórica* se propunha a ter uma atitude diferente em relação ao campo político e religioso: em princípio, *A Revista Histórica* não se declara de nenhuma religião, de nenhuma doutrina, de nenhum partido. Mas é bastante visível uma relativa homogeneidade político-religiosa entre seus quadros em nível político e social.

Há uma clara hegemonia de protestantes (Monod, Réus, Mossmann etc.), judeus (G. Bloch, Darmesteter etc.) e franco-maçons e livre pensadores (Lavissee, Guiraud, Havet etc.). Praticamente não há católicos.

Politicamente há uma ampla maioria republicana e anti-reacionária. Os integrantes da *Revista Histórica* possuem uma forte militância política institucional na República, ocupando cargos e definindo políticas educacionais no processo de "laicização" do ensino na França.

Ora, são intelectuais protestantes ou livre pensadores, formados na Escola Normal Superior e na Escola das Cartas, como a maioria dos membros de *A Revista Histórica*, que criaram a Escola Alsaciana e a Escola das Ciências Políticas, que povoaram a Escola Prática dos Altos Estudos, que ocuparam as direções do ministério da Instrução Pública nos anos 1870. É o mesmo lobby protestante e franco-mação que faz adoptar as leis Ferry que instituem o ensino primário laico, gratuito e obrigatório no início dos anos 1880. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 99)

Historiograficamente, embora se reconheçam como herdeiros de uma tradição que, na França, remonta ao século XVI, os integrantes de *A Revista Histórica* reconhecem a influência da historiografia alemã da primeira metade do século XIX: "Foi a Alemanha que contribuiu com a mais forte parte para o trabalho histórico do nosso século... Publicação de textos, crítica das fontes, elucidação paciente de todas as partes da história, examinadas uma a uma e sob todas as faces, nada foi desprezado." (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 97-98)

Para os integrantes de *A Revista Histórica*, a história, na França, estava em seus primeiros passos: "Apesar de todos os progressos realizados, estamos ainda num período de preparação, de elaboração dos materiais que servirão mais tarde para construir edifícios mais amplos" (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 99).

Sua principal característica, entretanto, é a formulação da história como um campo de conhecimento específico, dotado de um método científico próprio:

Sem ser uma recolha de pura erudição, a nossa revista só admitirá trabalhos originais, e em primeira mão, que enriqueçam a ciência, quer pelas investigações que serão a sua base, quer pelos resultados que serão a sua conclusão, mas, ao mesmo tempo que se exigem dos nossos colaboradores processos de exposição estritamente científicos, em que cada afirmação é acompanhada de provas, de envio às fontes e de citações, ao mesmo tempo que exclui as generalidades vagas e os desenvolvimentos oratórios, conservaremos na Revista Histórica um carácter literário." (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 99)

Assim, *A Revista Histórica* define, nominalmente, um campo científico, fundado no método e na neutralidade do historiador, "fechada às teorias políticas e filosóficas". Por outro lado, age politicamente de forma bastante intensa, apoiando os governos republicanos, a implantação das leis escolares de Ferry, e contribui decisivamente para a reinterpretação da Revolução Francesa como mito fundador da Terceira República, com a criação do 14 de julho (Tomada da Bastilha), como feriado nacional.

Embora se proponha livre de "qualquer credo dogmático", *A Revista Histórica* possui uma ação anticlerical bastante intensa. A história da religião reformada é praticamente ausente das temáticas tratadas na revista, apesar do grande número de colaboradores evangélicos. Por outro lado, a história do cristianismo é objeto de uma quantidade expressiva de artigos. Os autores parecem favoráveis à Igreja dos primeiros séculos, tolerantes com a Igreja da Idade Média; mas mostram-se agressivos em relação à Igreja católica, oriunda do Concílio de Trento, praticando a Contra-Reforma.

Essa postura anticlerical, porém, se atenua bastante quando da aproximação da Igreja com a República na França, ocorrida na década de 1890, mostrando claramente a matriz político-ideológica do anticlericalismo.

Outra dimensão específica da atuação da *Revista Histórica* é a sua "preocupação ética, de ressonância nacional".

O historiador sabe que a vida é uma perpétua mudança; mas que esta mudança é sempre uma transformação de elementos antigos, nunca uma criação nova com todas as peças. Dá às gerações presentes o vivo sentimento, a consciência profunda da feliz e necessária solidariedade que os une às gerações anteriores. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 101)

A partir dessa afirmação, *A Revista Histórica* passa a defender de forma clara uma postura nacionalista com o intuito “de despertar na alma da nação a consciência de si mesma pelo conhecimento aprofundado de sua história”.

A consolidação da proposta historiográfica daqueles que se articulavam em torno da *Revista Histórica* se deu na segunda metade do século XIX, com o fortalecimento, por Langlois e Seignobos, do “método histórico” como ferramenta de trabalho “científico” para o historiador.

Vamos, agora, caro aluno, falar mais especificamente sobre o método

SEÇÃO 2

O MÉTODO

Cerca de 20 anos após o surgimento da *Revista Histórica*, vários de seus colaboradores passam a ocupar cátedras de história nas universidades francesas. Dois deles, Charles-Victor LANGLOIS e Charles SEIGNOBOS (1946), elaboram um manual onde fixam as regras para a prática da escrita da história: a *Introdução aos Estudos Históricos*.

Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos, professores na Sorbonne, membros do Instituto, têm o mérito em relação a seus colegas de se preocuparem com problemas epistemológicos. O seu “breviário” tem a vocação de formar gerações de historiadores. De facto, a obra exprime exactamente o ponto de vista da “escola metódica” que domina a produção francesa entre 1880-1920.

Ch.-V. Langlois e Ch. Seignobos dão a contribuição decisiva para a constituição de uma história científica; consideram com indiferença, por vezes com desprezo, a teologia da história, à maneira de Bossuet; a filosofia da história, segundo Hegel ou Comte; e a história-literatura, à moda de Michelet. [...] A escola metódica realiza uma autêntica “ruptura epistemológica ao afastar o providencialismo cristão”, o progressismo racionalista, até mesmo o finalismo marxista. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 102)

Langlois e Seignobos pretendem, em seu trabalho, uma dimensão diferencial das demais “Introduções à História”, bastante recorrentes em sua época. Assim, eles não pretendem apresentar um resumo da história universal, para uso dos que se iniciam e de leitores apressados, nem elaborar mais volume sobre a já tão abundante literatura da chamada “filosofia da história”. Sua intenção declarada é

Examinar as condições e os processos do conhecimento histórico, bem como indicar-lhe o caráter e os limites. [...] Portanto, a presente "Introdução aos estudos históricos" foi concebida, não como um resumo de fatos assentados, ou como um sistema de idéias gerais relativas à história universal, mas como um ensaio sobre o método das ciências históricas. (LANGLOIS & SIGNOBOS, 1946, p. 5-6)

A Introdução aos Estudos Históricos, além de marcar um campo específico para a produção historiográfica, diferente do finalismo, do retórico e do filosófico, define esse campo como o espaço do metódico, do científico. O trabalho do historiador passa a ser definido pelos ditames do método, e sua ação se desenrola dentro dos limites "metódicos".

Langlois e Seignobos distinguem quatro fases no trabalho do historiador. Primeiro, há que reunir os documentos; uma técnica particular, a heurística, fornecer-lhe-á os meios de lá chegar. Seguidamente, é necessário tratar os documentos através de uma série de operações críticas (críticas de autenticidade, de restituição, de proveniência, de interpretação e de credibilidade). Depois disso, vem a fase de separação dos factos: sendo os documentos incontestáveis, o historiador extrai-lhes os factos por simples observação. Separados os factos particulares, resta organizá-los num "corpo de ciência" por meio da "construção histórica" - expressão preferida ao termo "síntese", poluído por um culpável subjetivismo. O historiador estabelece relações entre os factos sob a forma dum relato impessoal que evita o estilo detestável dos românticos, que procuravam dar ao leitor a impressão do "vívido". (CARBONELL, 1987, p. 132-133).

Observando o método um pouco mais a fundo é possível esclarecer melhor seus fundamentos e objetivos. A visão de Langlois e Seignobos é a da história feita por documentos: "A história se faz com documentos. [...] nada supre os documentos. Onde não há documentos, não há história" (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1946, p. 184).

Mas o que seriam, para Langlois e Seignobos, "documentos"?

Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes, quando se produzem, raramente perdem: basta um acidente para os apagar. Ora, qualquer pensamento ou ato que não deixou traços, diretos ou indiretos, ou cujos traços visíveis desapareceram, está perdido para a história: é como se nunca houvesse existido. Por falta de documentos, a história de enormes períodos do passado da humanidade ficará para sempre desconhecida. (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1946, p. 15)

Essa visão pressupõe uma teoria do conhecimento que não é explícita, que se constitui na relação entre o sujeito (historiador) e o objeto (documento),

mas que é definida pela existência e características do segundo. “Para já, a escola metódica despreza o papel essencial das questões colocadas pelo historiador às suas fontes e louva o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos” (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 102-105 *passim*).

A natureza dos documentos é outra questão importante e que limita o escopo da escola metódica.

Os dois autores precisam que “os vestígios deixados pelos pensamentos e os actos de outrora” são documentos escritos, testemunhos voluntários – cartas, decretos, correspondências, manuscritos diversos; não pensam nos documentos não escritos – por exemplo, locais arqueológicos, que reflectem a vida económica, a estrutura social ou a organização militar – nem nos Testemunhos involuntários – por exemplo, manuais de confessores que exprimem mentalidades religiosas. A concepção muito estreita do documento limita a ambição da disciplina: “A quantidade dos documentos existem, se não a dos documentos conhecidos, está dada; o tempo, a despeito de todas as precauções que são tomadas actualmente, diminui-a sem cessar; nunca aumentará... Os progressos da ciência histórica estão limitados por isso mesmo”. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 102-103)

Se a existência de documentos é o centro do processo de escrita da história, é na busca, registro e catalogação desses mesmos documentos que se inicia o trabalho do historiador. Tal processo tem o nome de *heurística*.

Esse primeiro passo do método permite que o historiador, após ter localizado, registrado e catalogado seus documentos, possa submetê-los a uma série de análises críticas que se dão em dois níveis: a crítica externa e a crítica interna.

Inicialmente é feita a crítica externa, ou de erudição. Consiste em uma série de operações sobre o documento, visando estabelecer sua localização, sua natureza (original, cópia, falsificação), sua autenticidade e autoria. Posteriormente, ainda no nível de crítica externa se verificam os sujeitos intervenientes no processo (o autor e demais personagens que são citados no documento), a data e o lugar. O documento deve, então, ser inserido em um sistema de fichas móveis, para facilitar classificações diversas.

O segundo tratamento crítico é o da crítica interna, ou hermenêutica. É aqui que se recupera a ficha de catalogação do documento e se lhe acrescentam os dados essenciais de seu conteúdo. Essa é uma operação mais complexa, que se constitui, basicamente, dos seguintes passos:

1. A crítica positiva de interpretação, que se constitui na análise do conteúdo do documento para se definir o que o autor quis dizer.
2. A crítica negativa de interpretação, constituída pela análise das

condições em que o documento foi produzido, e o questionamento necessário para o controle das afirmações do autor.

Nesses passos, é necessário que sempre esteja presente uma atitude de interrogação sobre as intenções que as pessoas tiveram ao produzir o documento.

Realizadas as operações de crítica externa e interna, é o momento da execução das operações de síntese. Na síntese, ou construção histórica, é que se dá o estabelecimento do fato. A síntese é uma operação mais complexa e segue os seguintes passos:

1. A comparação de vários documentos para se estabelecer um fato específico.

2. O agrupamento dos fatos isolados em quadros gerais, temática ou cronologicamente organizados.

3. O uso do método dedutivo e/ou de analogia, para estabelecer as relações dos fatos entre si e preencher as lacunas documentais.

4. A realização de uma seleção e escolha de fatos específicos. “Uma história em que nenhum fato fosse sacrificado deveria conter todos os atos, todos os pensamentos, todas as aventuras de todos os homens em todos os diferentes momentos. Isto constituiria um conhecimento completo, que a ninguém seria dado atingir, se não por falta de material, ao menos por falta de tempo” (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1946, p. 184).

5. A última fase é a do estabelecimento de generalizações e de interpretações sobre o fato analisado, porém sem pretender extrapolar o sentido do documento nem chegar a conclusões finalistas sobre a essência do homem ou da sociedade.

Finalizando seu manual, Langlois e Seignobos propõem uma “divisão do trabalho” na pesquisa histórica:

Em primeiro lugar deve existir uma categoria de peritos, dominado perfeitamente as regras da erudição. São arquivistas e bibliotecários “operários em catálogos descritivos e em índice... restauradores e editores de textos”. Em seguida é bom que “jovens investigadores”, observando as regras do método (crítica de documentos. Colocação em fichas, etc.), se consagrem exclusivamente a monografias “tendo em vista elucidar um ponto especial, um conjunto limitado de factos”. Assim, o historiador noviço, sob o controle de um tutor experiente, começa a sua carreira por uma monografia – de uma aldeia, de uma iniciativa, de uma batalha, de uma personalidade, de uma obra de arte, etc. Finalmente, compete aos professores titulares do ensino superior “consagrarem todo o seu tempo a estudar estas monografias, a fim de as combinar de uma maneira científica em construções gerais”. Os “mestres” entrincheiram-se eles mesmos na sua especialidade; quando querem realizar uma síntese, compartilham entre

si os capítulos de uma obra ou os volumes de uma colecção (por exemplo, a série da História da França, dirigida por E. Lavisse): A partir do final do século XIX, a organização “racional” da investigação em história concorda com a instituição do “mandarinato” na Universidade. (BOURDÉ & MARTIN, p. 105)

Como consequência dessa visão do trabalho “metódico” do historiador, a historiografia francesa do final do século XIX e início do século XX possui, segundo CARBONELL (1987, p. 136-137), algumas características específicas, que a definem e que, ao mesmo tempo, abrem seus flancos para visões críticas:

- publicação de textos em que o discurso do historiador se limita a meia dúzia de páginas de apresentação e uma profusão de notas em pé de página;
- confecção de monografias destinadas a esgotar os documentos relativos a um indivíduo (biografias), a um acontecimento, ou a um lugar estritamente delimitado;
- monotonia e estreiteza do território percorrido pelos historiadores, que se limita aos domínios da história institucional, política, diplomática e militar. “História-batalhas”, “história factual”, “história historizante” - não faltam os qualificativos para a julgar pejorativamente.

SEÇÃO 3

NACIONALISMO E COLONIALISMO

Para prosseguir esta breve visão da escola metódica, é necessário que se faça aqui uma pequena apreciação sobre as motivações e as consequências político-ideológicas de sua construção da história.

Tais consequências podem ser vistas em dois aspectos de atuação incisiva dos historiadores metódicos na França: a apologia do nacionalismo ancestral pela produção de “histórias nacionais”. Essa forma de história, da qual a *História de França da época galo-romana à Revolução* é o melhor exemplo, constitui-se em uma abordagem de autoria múltipla, com algumas características específicas:

O plano geral da colecção faz aparecer determinados princípios muitas vezes implícitos que guiam os trabalhos dos historiadores da escola metódica. Primeiramente o próprio título – a História da França – atesta que o estudo privilegia como objecto um Estado-Nação que se supõe que existe desde o tempo de Clovis até a época de Luís XVI – a fortiori até os governos de Gambetta, Ferry ou Clemenceau. Em segundo lugar, a periodização é articulada em função dos reinados – por exemplo, no tomo II.1. Luís VII, Felipe Augusto, Luís VIII servem

de marcos entre 1137 e 1226. Claro que este corte cronológico situa-se dentro da tradição dos velhos anais, mas deixa entender que cada soberano pesa de maneira decisiva no curso dos acontecimentos. Dentro da mesma ordem de idéias, os homens ilustres – Sully, Richelieu, Colbert e outros – parecem desempenhar papéis primordiais. Em terceiro lugar, acentuam-se os factos políticos, militares e diplomáticos – por exemplo, no tomo V.1., as guerras de Itália (as batalhas de Marignan, Pavia, etc.) são descritas com um luxo de detalhes que encheria de satisfação um oficial do estado-maior. Em contrapartida, os factos económicos e culturais são por vezes tratados com menos atenção e sempre colocados em posição subordinada, encarados no âmbito de uma estratégia política – por exemplo, no tomo VII.1., onde se faz alusão aos inícios do reinado de Luís XIV (1661-1685), é sob a rubrica “o governo económico” que são examinadas as finanças, a agricultura, a indústria e o comércio. Em definitivo, uma demonstração corre através do conjunto das obras; e Lavissee desvenda a sua tese em conclusão: a monarquia dos Capetos, apesar de se ter inclinado para o absolutismo, construiu uma administração, suprimiu os particularismos, reuniu as províncias; afinal de contas, “reforçou a unidade francesa”. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 107-108)

Além dessa dimensão nacionalista na produção erudita, há outro campo de produção historiográfica em que a ação político-ideológica da escola metódica é extremamente importante: a produção de manuais para o ensino básico.

A escola metódica é bastante atuante na obra escolar da Terceira República na França. Seu trabalho tem objetivos bastante definidos:

Instruir as novas gerações no amor da República, a fim de consolidar a base social do regime; recalcar o obscurantismo clerical tirando à Igreja o controlo sobre os espíritos; preparar a vingança contra o inimigo hereditário, contra o Reich alemão. São estas idéias-força que, através de instruções ministeriais, orientam os programas e modelam os manuais de história, de geografia e de instrução cívica. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 109)

Apesar da numerosa quantidade de publicação de manuais escolares para o ensino primário, o mais célebre, sem dúvida nenhuma, é o *Petit Lavissee*, de 1884, condensação feita por Ernest Lavissee da grande série universitária sobre história da França feita sob sua coordenação. O *Petit Lavissee* é impresso em várias centenas de milhares de exemplares e editado um sem número vezes (a 75ª edição é atingida a partir de 1895).

Nesses manuais se revelam de forma bastante clara os princípios e determinações ideológicas da escola metódica:

Em livros destinados a crianças de 7 a 12 anos, o discurso ideológico é tanto mais evidente quanto, por necessidade, o traço é forçado, a língua é simplificada. A escola metódica expõe os seus princípios com toda a candura, sem nenhuma máscara. Além disso, o grupo republicano, que cria a escola laica, gratuita e obrigatória, afirma claramente que a história não é neutra; que deve servir a um projecto político. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 110)

Observe que essa é uma estranha forma de escrever história, pois pretende um historiador apagado e neutro diante dos documentos e uma produção política e ideologicamente engajada!

É emblemática a postura de Lavissee, no prefácio à edição de 1912 de seu manual:

Se o aluno não levar consigo a viva recordação das nossas glórias nacionais, se não souber que os seus antepassados combateram em mil campos de batalhas por nobres causas; se não aprendeu o que custou de sangue e de esforços para fazer a unidade de nossa pátria e retirar em seguida, do caos das nossas instituições envelhecidas, as leis que nos fizeram livres; se não se tornar um cidadão penetrado de seus deveres e um soldado que ama o seu fusil, o professor terá perdido o seu tempo. (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 110)

Os manuais escolares do final do século XIX e início do século XX, na França, possuem algumas características bem específicas.

A **primeira característica** é a noção de uma “França Eterna”, cujas origens estão nos gauleses. A esta noção se subordina a idéia de uma coletividade nacional francesa, que apaga e dilui os regionalismos e as desigualdades sociais no Estado-Nação. Os “outros”, os não franceses, são os inimigos e agressores da Pátria.

A **segunda característica** é a apologia ao regime republicano. “A Revolução de 1789 aparece como uma ruptura radical que faz emergir a soberania da Nação, instaura o respeito da Lei, introduz a liberdade de consciência e a liberdade do trabalho” (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 111).

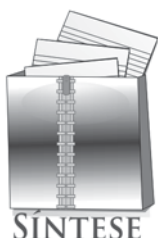
Como **terceira característica**, há a exaltação permanente da Mãe-Pátria. Isso pode ser visto tanto nas canções e atividades cívico-patrióticas como nos cantos marciais, para crianças do maternal e do curso primário:

Para ser um homem, é preciso saber escrever
E em pequeno, aprender a trabalhar.
Pela Pátria, uma criança deve instruir-se
E na escola aprender a trabalhar.
Soou a hora, marchemos a passo,
Jovens crianças, sejamos soldados. (bis)
(apud BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 111)

A **quarta característica** é a justificativa da colonização. Os governos republicanos na França iniciam as conquistas coloniais na África.

Os manuais escolares retomam os argumentos oficiais para explicarem as operações militares. [...] “Em 1881, Jules Ferry decidiu castigar os Kroumirs, povoação turbulenta que invadia sem cessar a nossa Argélia. Ao persegui-los os nossos soldados foram levados a ocupar a Tunísia... que ficou para nós” (sic) (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 112).

A justificativa da colonização se apresenta sob três aspectos. Em primeiro lugar, pela afirmação da França como potência européia; em segundo, pela necessidade de exploração econômica: “Jules Ferry quis que a França tivesse bélas que aumentariam sua riqueza comercial”; e, em terceiro, pela justificativa da missão civilizadora: “Os povos indígenas são mal civilizados, e por vezes perfeitamente selvagens”. É, então, missão da França, culta e civilizada, arrancar esses selvagens de sua situação de barbárie, como um ato de bondade: “A França quer que os pequenos árabes sejam tão bem instruídos como os pequenos franceses. Isto prova que a França é boa e generosa para os povos que submeteu” (BOURDÉ & MARTIN, 1990, p. 112).



Nesta Unidade III – A Escola Metódica, você trabalhou com a consolidação da proposta cientificista de escrita da história, principalmente na França a partir de meados do século XIX. Viu como o grupo de historiadores metódicos franceses se articulou em torno da *Revista Histórica*, liderados por Gabriel Monod, numa visão de escrita da História nacionalista, patriótica, colonialista e cientificista. Estudou também o “método histórico” conforme proposto por Langlois e Seignobos, em sua definição de fontes e etapas de aplicação.

Mas você pode perceber a contradição entre os postulados científicos de neutralidade e a prática engajada política e ideologicamente dos historiadores metódicos franceses, tanto na produção acadêmica, quanto na produção voltada para uso na escola fundamental. Na última seção do texto, você viu as críticas formuladas por relativistas presentistas, marxistas e pela Escola de *Annales* à concepção científico-metódica.

Foi um bom percurso, e com ele você encerra o estudo desta Unidade. Na Unidade IV, a seguir, você estudará as posturas críticas produzidas em relação ao Historicismo e à Escola Metódica francesa.



1. Faça uma síntese do “método histórico” de Langlois e Seignobos e o aplique, sumariamente, a algum acontecimento histórico de seu cotidiano (pode ser, por exemplo, sobre a criação da escola onde você estudou o Ensino Médio).

2. Medite bem sobre a citação abaixo:

Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis e estes, quando se produzem, raramente perduram: basta um acidente para os apagar. Ora, qualquer pensamento ou ato que não deixou traços, diretos ou indiretos, ou cujos traços visíveis desapareceram, está perdido para a história: é como se nunca houvesse existido. Por falta de documentos, a história de enormes períodos do passado da humanidade ficará para sempre desconhecida. (LANGLOIS E SEIGNOBOS, 1946, p. 15)

Agora responda: é mesmo impossível fazer História sem documentos? Por quê?

3. Construa um texto dissertativo sobre o uso ideológico da História na escola hoje em dia, a partir de sua experiência como aluno de História no Ensino Fundamental e Médio.

